

ECONOMIA, VIDA E ESPERANÇA NO OITAVO POVO DAS MISSÕES

ECONOMY, LIFE AND HOPE IN THE EIGHTH PEOPLE OF THE MISSIONS

Andrei Thomaz Oss-Emer

Mestre em Filosofia pela UFPel, docente na Escola São Francisco de Assis (Rede Franciscana de Educação SCALIFRA-ZN), membro da Cáritas, das Pastorais da Terra e da Educação, está entre as juventudes da Economia de Francisco e Clara.

RESUMO:

Com o objetivo de valorizar o dom da sociedade missioneira em seu contexto histórico-político-social, o presente texto recorre à obra de Lugon para apresentar a Economia dos Comuns desde a República Guarani (1610/1768), aproximando-a da vida e trajetória de seu leitor, irmão Cecchin, e tantos outros irmãos caminhantes da Terra Sem Males. A proposição moral de um Oitavo Povo das Missões pelo irmão dos pobres, em muitos de seus breves escritos, é um sinal da construção de uma nova sociedade em mutirão pelo bem viver, por terra, teto e trabalho digno. Esta ética do bem viver marca o pensamento de uma geração de agentes de transformação social e intelectuais engajados, que dialogam e constroem pilares de uma nova sociedade mais democrática, solidária e participativa, cuja economia pressupõe a custódia fraterna dos bens comuns.

PALAVRAS-CHAVE:

Custódia dos Comuns. Ética do Bem Viver. República Guarani. Economia de Francisco e Clara.

ABSTRACT:

With the objective of valuing the gift of the missionary society in its historical-political-social context, this text uses Lugon's work to present the Economy of Commons since the Guarani Republic (1610/1768), bringing it closer to life and the trajectory of its reader, brother Cecchin, and so many other walking brothers of the Land Without Evils. The moral proposition of an Eighth People of the Missions by the brother of the poor, in many of his brief writings, is a sign of the construction of a new society in joint effort for good living, for land, roof and decent work. This ethic of good living marks the thinking of a generation of agents of social change and engaged intellectuals, who dialogue and

build pillars of a new, more democratic, solidary and participatory society, whose economy presupposes the fraternal custody of common goods.

KEYWORDS:

Custody of the Commons. Ethics of Living Well. Guarani Republic. The Economy of Francesco.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto busca ser uma breve reflexão histórico-político-social, sob um viés crítico-filosófico, com a intenção de apresentar o princípio do cuidado na sociedade missioneira, que foi a primeira forma de vida evangélica no território platino. Hoje pertencente politicamente à República Federativa do Brasil, o território das Sete Cidades abrangia praticamente a totalidade do Estado do Rio Grande do Sul. Na história da América Latina, deve-se partir do pressuposto da negação, da morte e do extermínio dos povos originários e suas culturas pela sociedade colonialista que se impôs como tal. Não há como precisar os primeiros movimentos migratórios, mas a região sempre foi habitada por povos originários, dentre eles os guarani, que vinham do chaco Paraguai, além dos gê, habitantes das matas altas, responsáveis pelo milênar cultivo das araucárias que, majestosas, compunham o bioma da região nordeste do estado, além dos povos das planícies do sul.

Fundadas à banda oriental do rio Uruguai, as sete últimas das trinta cidades guarani, foram uma dádiva deste território. Precioso dom, vivo e comunitário, formaram-se a partir da amizade entre missionários jesuítas e a nação guarani, que habitava o chaco paraguai, a atual província de Misiones, na Argentina, e nosso estado do Rio Grande do Sul. A recente abertura do processo de

beatificação do Servo de Deus Sepé Tiaraju e, porque não, de seus mil e quinhentos irmãos mártires da fé e do cuidado com a casa comum, suscita a pesquisa acerca das virtudes civis que constituíram a cultura missioneira e que, para além das ruínas, são parte da vida de nossos irmãos guarani e de todo o povo desterrado, que percorre os caminhos da vida, da profecia e da resistência neste território.¹

Neste caminho, é presente a vida daquele que, nos versos de Pedro Casaldáliga, foi pela Terra consagrado “postulador de todos os santos índios” (*apud*, SUSIN, 2009, p. 250), o marista irmão dos pobres e da casa comum, Antônio Cecchin. O incansável testemunho e profetismo de Cecchin pela mística e espiritualidade de um *Oitavo Povo das Missões* e pela utopia da Terra Sem Males, foi e ainda é semente de esperança junto a tantos outros nossos irmãos e irmãs de hoje, companheiros com quem formamos o “povo da caminhada”, neste lugar em que vivemos, um estado cuja identidade bebeu das fontes missionieras, que são índias. Cecchin é testemunho de um caminho pragmático que, ao mesmo tempo em que é ação, é também argumentação, é horizonte de passado, presente e futuro, no qual a esperança dos pobres é o componente substantivo das Economias dos Comuns que por aqui floresceram e ainda florescem.

Os mitos populares formam o imaginário de uma nação; Tiaraju e seus concidadãos formaram o mito do herói guarani, de uma história esquecida e até

¹ Ao sul ainda estavam os minuano, charrua que, possivelmente, também arrebanhavam gado em grandes mangueiras construídas com butiazeiros entrelaçados por tentos de couro tramados entre si. O gado foi a principal fonte de proteína das comunidades indígenas do Rio Grande do Sul e causa da consequente mudança ambiental da paisagem pampeana. Disponível em: https://ladiaria.com.uy/ciencia/articulo/2021/10/los-corrales-de-palmas-de-rocha-y-el-origen-del-manejo-ganadero-en-uruguay/?fbclid=IwAR3hgg3HfFl5YAtHwGtENIWEW_1_3VsEdZiQj6pq5PIDaunSxQ1MFg3Q34

mesmo apagada pela sociedade contemporânea. Urge propor um retorno às suas origens e reconhecer, para além dos mitos, as pessoas e seus valores, as virtudes cívicas que consolidaram em comunidade e a inspiração de seu modo de vida para nossos gestos, atitudes e virtudes hoje, enquanto *Oitavo Povo das Missões*, que constrói e quer seguir construindo, em solidariedade e mutirão, economias do bem viver, da partilha e do cuidado com a casa comum. Para tanto, contemplar as luzes e sombras do passado, nos ensina a encarnar-se nas feridas de hoje para ressuscitar com elas e construir, desde já e no futuro, uma nova humanidade, fraterna, amiga, solidária e democrática.

2 RUÍNAS E UTOPIA DE UMA ECONOMIA DOS COMUNS

O território do Rio Grande do Sul já foi terra comunal guarani pertencente às estâncias de uma República genuinamente originária e cristã, formada no modelo das reduções, implantadas pela Companhia de Jesus. De maneira diversa das reduções construídas na banda ocidental do rio Uruguai, que incorporadas às sociedades, sofriam forte opressão da parte dos espanhóis que reproduziam a relação colonialista entre europeu e indígena, as sete cidades missioneiras da banda oriental desenvolveram-se genuinamente guaranis. Há que ser fiel à história e se reconhecer que antes de serem jesuíticas as missões do Alto Uruguai eram índias. Formadas em um hiato pacífico na história belicosa entre Portugal e Espanha e, posteriormente, massacradas pela união imperialista de ambos os exércitos, os Sete Povos das

Missões foram um dom para a história da América Latina e é por este motivo que escolhemos recontar essa história.

É paradoxal pensar que aqui neste território que se forjou fortemente identitário, muito antes de uma nau portuguesa aportar no Rio Grande, alguns padres jesuítas e milhares de originários destas terras já cultivavam o algodão e teciam suas roupas, criavam gado, cultivavam e colhiam seus ervais e produziam os alimentos necessários para a subsistência de toda a República Guarani dos Sete Povos. Formada por mais de 40 mil pessoas, no auge de sua história, as sete cidades da banda oriental formariam um povo guarani livre e soberano, que congregou em suas cidades também pessoas pertencentes a outras etnias ou agrupamentos originários do território. De acordo com a célebre pesquisa de Lugon, há que se reconhecer que o fundamento da república era a custódia dos comuns, é por esse motivo singular, e razão de sua prosperidade econômico-política, que o jesuíta francês recobra a frase de Voltaire, quando este adjetiva a civilização guarani do Paraguai como “trunfo da humanidade” (LUGON, 1977, p.11).

Quem visita o que restou das antigas reduções missioneiras e escuta os espetáculos que narram a epopeia dos jesuítas no processo de catequização e consequente organização sócio-política das aldeias originárias, talvez tenha apenas uma ideia da importância histórico-cultural desse patrimônio da humanidade. Pelo tempo de aproximadamente cento e cinquenta anos as comunidades guaranis desenvolveram a maior e mais rica experiência de produção e partilha de

alimentos da história do sul do Brasil. Situadas em um refúgio estratégico, protegido pelo grande rio Uruguai a oeste e pela serra de Santa Catarina ao norte, as cidades missioneiras do Alto Uruguai se desenvolveram fundamentadas na fraternidade, na liberdade e na partilha dos excedentes. Esses motivos geográficos, históricos e, sobretudo, políticos formaram uma série de fatores que favoreceram o florescimento civil em um curto espaço de tempo.

As lendas e mitos em torno ao “ouro dos jesuítas” talvez justifiquem o singular valor do desenvolvimento humano das sociedades missioneiras para a época. As reduções surgem no período da modernidade na Europa, quando a aplicação da ciência escolástica que se produzia entre os jesuítas de Assunção formava os germes do pensamento pastoral da América Latina e foram essas as sementes do Evangelho anunciadas entre os guarani. Certamente há que se reconhecer que uma economia dos comuns tem um valor inestimável. Além de formar comunidade, gera pertencimento, confiança mútua, uma mística própria do cuidado e da solidariedade entre o povo, que entende que a economia é dom, e o que é dom escapa às tabulações. Da certeza de que o todo é superior à soma de suas partes, reconhecemos que a sociedade missioneira que aqui se originou, tem em seu todo virtudes cívicas a serem redescobertas e vividas.

O prodigioso desenvolvimento humano dessa sociedade peculiar, histórica e paradigmática marcou a história do território mais austral do Brasil e tornou-se utopia para o *Oitavo Povo das Missões*, os

filhos desta periferia geográfica que, caminantes, celebram no martírio a esperança da libertação. A identidade popular deste território forjou-se entre sonho, sangue e suor, na história de muitas lutas fundamentadas em exigências sagradas pela justiça socioambiental e pelo direito à terra, ao teto e ao trabalho digno. Um dos marcos deste caminho celebra a história da primeira forma de vida civil forjada no território, bem como a dor de todo dos povos originários no período que se sucedeu ao Massacre do Caiboaté, o episódio mais sangrento e vergonhoso da Guerra Guaranítica.

Contemplar a história desde as ruínas, é investigar o “registro maquiavélico de minha pátria guarani”, cantado na poesia de Noel Guarany e de tantos outros missioneiros. Trata-se da história de um passado saqueado, queimado e literalmente apagado. A terra não nos conta os detalhes, mas nos permite buscar e conhecer, nos vestígios históricos, mais que pedras catalogadas, as vidas oprimidas, dos próprios guarani e de tantos outros povos de nossa América Latina, nas quais a custódia dos comuns não é um conceito, mas uma práxis vivida e transmitida por gerações. Foi com este objetivo moral que o marista, irmão Antônio Cecchin, no processo de resgatar as virtudes do Servo de Deus Sepé Tiarajú, conselheiro do cabildo de São Miguel e líder guarani, propôs que a custódia dos comuns fosse o centro da vida do Oitavo Povo das Missões, as comunidades de hoje, a Igreja em saída, o povo que caminha e constrói em mutirão.

A tentativa da Companhia de Jesus, motivada por decisões europeias de introduzir o conceito de propriedade privada

na República dos Sete Povos foi em vão. Para os guarani essa visão ia de encontro ao principal conceito político-teológico que guiava a custódia dos comuns: *Tupambaé*, terra de Deus. A negativa diante de uma possibilidade de propriedade privada nos Sete Povos Missioneiros acontece a partir da consciência de que tratava-se de apropriar-se do que não podia pertencer a uma pessoa, porque era propriedade de “Deus e São Miguel Arcanjo”, e que tudo aí estava para ser cultivado e guardado. A singular força do Evangelho, encarnado na alma guarani, floresceu na pacífica e histórica custódia dos comuns, como alma do ser *missioneiro*.

Lugon narra como alguns dos índios missioneiros trataram a oferta de uma junta de bois e arado para que cada qual arasse e cultivasse suas próprias terras, que seriam da família e não mais da comunidade: os animais foram abatidos e a carne assada na lenha do próprio arado. Para os guarani missioneiros, a primeira premissa era a mais importante: o que é de Tupã é de todos, não pode ser utilizado para lucro privado, mas sempre para o bem daquilo que é de todos. Há que se fazer um grande esforço epistêmico para que se possa imaginar o cotidiano de uma redução. Quem já teve a graça de escutar os guarani dialogando entre si pode imaginar a melodia e as diferentes tonalidades dos cânticos, dos diálogos quase sussurrados, potentes pela força que a própria língua da terra expressa.

3 O *MODUS VIVENDI* MISSIONEIRO E A NECROPOLÍTICA IMPERIALISTA

A necropolítica colonialista (MBEMBE, 2020) não deu trégua à

experiência político-econômica de uma república de existência centenária e genuinamente originária e cristã. O princípio de *Tupambaé*, que caracterizou a custódia dos comuns, nesta experiência histórica e sociológica tornou-se o sentido e a centralidade de uma utopia missioneira, a partir da singularidade identitária dos povos que nos precederam neste lugar. Estes elementos primevos do *modus vivendi* missioneiro, têm lições a ensinar às novas gerações enquanto elementos culturais dos missioneiros, para quem esta terra é *Tupambaé*, Terra de Deus, na qual busca-se o *Teko Porã*, bem viver, numa terra sem mal, livre e soberana.

As sete cidades guaranis foram responsáveis por prover o cultivo da terra e o desenvolvimento humano da região, também através dos pequenos povoados, *los pueblitos*, que formavam uma rede comunitária interdependente entre campos sulinos e os altos bosques ao norte. A prosperidade de uma república organizada por índios, nos flancos do Vice-Reinado do Peru, na margem oriental do rio Uruguai, em terras eternamente cobiçadas pela coroa de Portugal, selou seu trágico destino. Desde o início de sua organização as cidades missionieras foram cobiçadas pelos bandeirantes paulistas, ávidos de lucro, a procura de mão de obra indígena escravizada e da, assim chamada, “riqueza dos jesuítas”. Esse foi outro fator importante no processo histórico-social das reduções em seu crescimento. Protegida ela estava organizada entre campeiros, ervateiros, artesãos, membros do cabildos, canoieiros e pescadores, agricultores, professores, cantores, ferreiros, tudo isso intercalado pelo serviço religioso e pelo cuidado com os órfãos e as viúvas.

Muitos foram os ataques sofridos desde o início do povoamento, o que fez com que os guarani missionários organizassem desde cedo sua proteção contra a ameaça escravagista dos bandeirantes. Além de capturar indígenas para o trabalho escravizado em São Paulo, os bandeirantes também vinham à procura dos rebanhos de gado, que haviam se reproduzido e se tornado abundantes desde a primeira chegada dos padres à banda oriental do rio Uruguai, que remonta ao ano 1610. Com a fortificação das sete cidades os ataques dos escravagistas cessaram, porém a cobiça dos portugueses pela terra, pelo gado e pela mão de obra guarani, que garantia o desenvolvimento sustentável do território, nunca deixou de existir.

O início da missão entre os guarani da banda oriental foi difícil, porque os grupos não foram receptivos à mensagem, o que levou ao martírio dos jesuítas Roque, Afonso e João, os Santos Mártires do Caaró, tamanha foi a resistência dos líderes religiosos guarani à mensagem cristã. Depois de muita insistência os jesuítas cativaram algumas aldeias guarani, e lhes ensinaram a fé em Jesus Cristo, filho do único Deus, do que foi de fácil assimilação pela população das aldeias, por serem todos monoteístas. A preservação da língua guarani, que representa a vida e a existência do povo guarani, foi certamente um ponto central na concepção da liberdade civil vivenciada dentro da República Guarani.

O que diferenciou o método de evangelização dos jesuítas na província do Paraguai foi a completa abominação da servidão indígena, tema corrente na filosofia escolástica produzida entre os religiosos da

época. Ao contrário dos nobres espanhóis, que escravizavam indígenas nas cidades surgentes no Vice-Reinado, os jesuítas do Paraguai buscavam concretizar a vida e os costumes dos guarani, formando desde a sua própria forma de vida, uma sociedade que desenvolveu-se aos moldes da *Scholastica Colonialis*. A vida dos guarani que se aproximavam das cidades até então formadas pelos espanhóis era desoladora. A fome e a servidão fizeram com que os jesuítas executassem uma estratégia diferente e inovadora, essa forma de vida comunitária isolada das cidades já “coloniais”.

Pelo isolamento, pretendia-se proteger, com a moralidade, a liberdade das tribos ainda não submetidas. Era essa a finalidade essencial do novo sistema, a condição de toda a verdadeira evangelização. A escravatura e a liberdade dos filhos de Deus não se conciliavam na cabeça dos guaranis. “Os índios amam a lei de Deus, mas não gostam dos espanhóis”, escrevia um missionário. (LUGON, 1977, p. 30).

A história da República dos Sete Povos da banda oriental do Rio Uruguai inicia-se soberana, por localizar-se em um território historicamente guarani. A liberdade dos guarani foi condição para a consolidação de uma república livre, prodigiosa em virtude, em trabalho e bem viver. Na medida em que os aldeamentos cresciam e conquistavam certa autossuficiência, novas missões eram criadas. As cidades mais prósperas eram responsáveis por enviar seus filhos para a fundação de novas reduções, e ao mesmo tempo por conquistar neófitos que depois de terem passado pelo processo de iniciação à vida cristã, recebiam os sacramentos e eram inseridos na comunidade missionária.

Não se pode afirmar que havia uma unidade política entre as trinta cidades guaranis das missões do Paraguai, aos moldes do que pensamos hoje ser um país, sabemos que viviam uma vida feliz, democrática, cujo fundamento estava no cuidado dos comuns. Floresceu a vida cristã à maneira cultural guarani, de tal forma que não é passível de dúvida o fato de que os guarani missioneiros foram (e são) cristãos, de modo que viviam sua fé na vida comunitária da redução, na própria língua de seu povo. A consciência de que existiu uma sociedade que escreveu suas leis, produziu sua arte, construiu suas cidades e garantiu a paz e a felicidade comum dos seus concidadãos nos chama, nos interpela a buscar a essência dessa raiz e realmar com ela a vida deste *Oitavo Povo*, em saída, a caminho.

A República Guarani foi, por seu lado, uma sociedade fraternal organizada segundo os princípios cristãos, no sentido em que a fraternidade estava praticamente inscrita na sua estrutura, seu regime de propriedade, seus modos de produção, e distribuição, em todas as suas instituições. (LUGON, 1977, p. 10).

A univocidade de pensamento e cultura acontecia através da música, da literatura, da gramática e das devoções realizadas pelos guarani, com ou sem o intermédio dos jesuítas. A República das trinta cidades missioneiras, das quais as últimas sete são aquelas às quais especialmente nos referimos neste texto, estão ligadas na gênese por um passado comum, e banham esta terra com seu sangue covardemente derramado em muitos episódios de um mesmo processo de extermínio traçado por tratados imperialistas de além mar. Através de

fronteiras traçadas pelas arbitrariedades que políticas e economias de morte vêm provocando no sul do mundo, os guarani e outros tantos povos caminhantes seguem resistentes, contra o mal viver e nos mostram que outros mundo são possíveis.

4 TUPAMBAÉ, O PRINCÍPIO DO CUIDADO NA SOCIEDADE MISSIONEIRA

Segundo o historiador Mário Maestri, três conceitos são fundamentais para se entender a concepção de propriedade na cosmovisão dos guarani missioneiros: *amambaé*, *abambaé* e *tupambaé* (MAESTRI, 2006). Os dois primeiros conceitos, a saber *abambaé*, e *amambaé*, são mais antigos e pertencem à língua guarani pré-redução. *Amambaé* representava para o guarani a propriedade da casa (utensílios de uso comum) e *abambaé* a propriedade individual (em especial as armas de caça e ferramentas). Esse modo de compreender o modo de possuir os artefatos estava ligado ao nomadismo e às constantes fugas ante as constantes investidas dos bandeirantes.

O que se podia carregar era *abambaé*, e o que pertencia à família-comunidade que habitava a casa era *amambaé*, que era sempre provisório, também pela vida nômade dos guarani. Esse primeiro coletivismo espontâneo vivido amadurece na vida política das reduções e vai receber uma fundamentação teológica na vida cristã, da qual nasce um terceiro conceito, a saber, de “Terra de Deus”, ou *Tupambaé*. Reconhecer a sua terra como terra de Tupã foi de extrema importância para a permanência no território e para o desenvolvimento das cidades, bem como

para a integração política com os *pueblitos*, através dos diferentes ofícios e cultivares das reduções, bem como o pastoreio do gado, espalhado pelo território, das lavouras de algodão, trigo, feijão, milho, erva-mate e outros cultivares.

A catequese da Companhia de Jesus, aceita pelos guarani como enviada por Deus e a crença de que Tupã finalmente lhes concedera a “Terra Sem Mal”, à qual buscaram caminhando durante o tempo em que percorreram muitos territórios da América do Sul, fundaram uma concepção econômico-política de que tudo era propriedade de Deus, aos guarani missionários cabia o dever do seu cuidado. A custódia dos comuns foi a essência da sociedade missionária, as terras, as edificações, os frutos da terra, tudo era repartido de forma coletiva. Os artefatos pessoais, que continuaram sendo chamados *abambaé*, tinham uma função estritamente instrumental, pois permaneciam ligados ao trabalho, à caça, à coleta e ao cultivo da terra. A terra, no entanto, era *Tupambaé*, propriedade de Tupã:

De uma ponta a outra de sua história, a República Guarani viveu sob o regime de propriedade comum das terras. A propriedade individual do solo nunca se concretizou em parte alguma do seu território. Comprar, vender, alugar ou legar a mais modesta porção de terra, utilizar o trabalho de outrem para benefício e lucro próprio, transformar o solo em instrumento de dominação ou exploração do homem pelo homem, são tantas outras operações que se mantiveram desconhecidas até o fim. (LUGON, 1977, p. 182).

A inspiração sócio-político-comunitária que se vislumbra ante ao cultivo

comunal das terras e à partilha igualitária do excedente de seus frutos, torna-se mística de um povo que busca reviver, no sul do mundo novo, a aproximação concreta ao cristianismo primitivo, semelhante àquele das primeiras comunidades, quando todos “tinham tudo em comum” (Atos 4,32). Apesar de todos os esforços dos jesuítas, os guarani nunca conceberam a ideia de propriedade privada, ao contrário, sempre tiveram tudo como propriedade exclusiva de Tupã.

Lavar o campo comunal constituiu uma atividade coletiva em toda a história da república guarani. Dentro de tal contexto não existia, segundo Lugon, nenhuma possibilidade de entendimento da propriedade privada. Também não havia possibilidade de se pensar o direito à herança, pois as porções de terra não comunais, que eram cedidas para o cultivo dos casais, voltavam à propriedade comunal dada a morte do esposo. Chegou a haver pequenos hortos de cultivo do casal, que nunca buscaram o lucro particular para a família, ao contrário, representavam a sua própria contribuição aos víveres comunais da redução.

O estoque comum garantia a alimentação de toda a cidade, bem como da escola e do *cotiguaçu*, a casa dos órfãos e das viúvas, tão bem cuidada quanto as demais habitações. Não havia aluguel ou mesmo desabrigados, cada casal que se unia em matrimônio recebia sua habitação que era construída pela própria cidade. Muitas vezes o casal permanecia morando um tempo junto da família para que aprendesse os deveres que lhes cabia na nova opção de vida.

A comunidade era levada até ao produto do trabalho no artesanato, assim como na agricultura. As diversas oficinas, fundições, moinhos, tanoarias, cortumes, minas, etc., trabalhavam para a comunidade e entregavam-lhe os seus produtos. Em compensação, os cereais, frutos, algodão, mate e todos os outros gêneros alimentícios eram repartidos segundo as necessidades de “todos aqueles que estão dispensados de cultivar a terra em virtude de seus empregos”, “aos artesãos, que não retiram de seu trabalho outro fruto senão o de serem alimentados e mantidos a expensas públicas”. (MURATORI apud LUGON, 1977, p. 184).

As oficinas de artesanato também eram coletivas, e seus produtos serviam às necessidades de todos os membros da comunidade. “Todas as indústrias e ofícios eram exercidos em comum nas oficinas comunais ou nos *patios* do colégio, sob a direção de contramestres nomeados pelos próprios trabalhadores” (LUGON, 1977, p. 183). Não só as oficinas, mas também os meios de transporte das reduções estavam alicerçados na propriedade comunal: barcos, canoas, carroças, animais de tração, tudo era coletivo. A divisão do trabalho também se dava de maneira coletiva: artesãos, horticultores, lavradores, campeiros, ervateiros, todos trabalhavam para o bem da comunidade, que lhes oferecia instrução, proteção, alimentação, cultura e cuidado por toda a vida.

Todas as manhãs, após terem rezado o ofício divino, os trabalhadores partiam para os seus afazeres e os educandos para as suas atividades educativas ao som de músicas entoadas em guarani, por instrumentos fabricados dentro da própria redução. É importante destacar

que a principal atividade econômica das reduções era a produção de erva-mate, entretanto, em cada uma das reduções se plantavam os víveres necessários para toda a comunidade, de tal modo que pelo cultivo coletivo das terras, não havia fome na República Guarani, ao contrário do que acontecia nas cidades espanholas da banda ocidental do rio Uruguai:

O Padre Sepp diz que a horta de sua redução produzia o ano inteiro as mais variadas espécies hortigranjeiras. Enumera com satisfação uma comprida lista de legumes, da chicória ao melão, várias espécies de hortaliças, assim como flores e plantas ornamentais, plantas medicinais e, particularmente, as jujubas, muito apreciada pelos guarani. (LUGON, 1977, p. 123).

Os jesuítas foram exímios mestres não só na agricultura, pois já haviam produzido em conjunto com seus neófitos várias obras literárias em língua guarani, que segundo um padre da época podia “suportar a comparação com as mais ricas línguas europeias, tanto pela harmonia das palavras quanto pela exatidão das expressões” (LUGON, 1977, p. 123). Bem instruídos na ciência, a cosmovisão guarani unida à fé cristã produziu nessas terras uma nova experiência epistêmica, onde saberes inéditos além de existirem nas vidas das pessoas puderam também ser registrados na sua própria língua. Além de terem aclimatado espécies exóticas que teriam se adaptado muito bem ao clima do alto Uruguai, os missioneiros possuíam sua própria arte e cultura, suas minas e sua fundição de ferro.

Não havia ali ninguém que passasse fome e os mais frágeis eram os que

recebiam os melhores cuidados. Todas as crianças guarani, meninos e meninas, recebiam instruções escolares. Além de estudarem o *trivium* e o *quadrivium*, os que se destacavam nos estudos eram indicados para receber a formação adequada que os faria membros do *cabildo*, o conselho de caciques que tomava as decisões mais importantes das reduções. Em cada redução, na qual habitavam de quatro a sete mil indígenas, havia apenas dois padres, um deles era responsável por organizar os ofícios religiosos e o outro por supervisionar a vida social. As decisões, no entanto, eram todas tomadas coletivamente pelo *cabildo*.

Os víveres excedentes eram comercializados com as cidades da província de Assunção, sendo que a principal moeda entre as reduções era a erva-mate (caá), que era distribuída aos missionários diariamente para que tomassem sua efusão em cuias por eles mesmo confeccionadas. A experiência de caridade política ali vivenciada e forjada na vida cotidiana talvez tenha alcançado, como em poucos lugares do mundo, as virtudes do “Reinado de Deus”, não fossem as arbitrárias decisões político-econômicas das cortes europeias. A ganância dos bandeirantes paulistas já não suportava ver tanta prosperidade política e econômica em mãos indígenas, e o desejo de ampliação do império português favoreceu a assinatura do Tratado de Madrid, no dia 13 de janeiro de 1750, selando o trágico fim dos sete povos missionários da banda oriental do rio Uruguai.

5 O MARTÍRIO DE UM POVO, QUE RESSUSCITA DESDE AS FERIDAS DA HISTÓRIA

O tratado estabelecia a retirada dos jesuítas e de todos os guarani das cidades missioneiras. Era-lhes permitido, apesar de ser totalmente inviável tal possibilidade, que levassem consigo o que lhes pertencia, inclusive o gado que povoava os campos de todo o território do Rio Grande do Sul, em especial das duas vacarias, do mar e dos pinhais, bem como dos campos pertencentes hoje ao Uruguai. Segundo o tratado de Madrid: “os burgos e aldeias serão entregues na forma prescrita à Coroa de Portugal, com todas as suas casas e edifícios, e a propriedade imóvel do terreno” (*apud*, LUGON, 1977, p. 285).

Alguns jesuítas foram coagidos a concordar com o tratado e tentaram convencer os guarani missionários a organizarem uma retirada pacífica, outros mantiveram sua fidelidade ao destino que os próprios membros dos *cabildos* de cada redução decidiram. Diferentemente do que acontecera em outros tempos, cuja atitude dos originários era o abandono do território ante a invasão europeia, em busca de outros lugares, na referida ocasião os cidadãos e corregedores dos Sete Povos da banda oriental, bem como das demais cidades missioneiras decidiram que não abandonariam seus campos, suas cidades, seus quintais produtivos e seus rebanhos de gado.

Diante da lei injusta os guarani optaram pelo caminho da desobediência civil e voluntária. O argumento central da resistência guarani estava alicerçado em sua crença divina. A frase de do Servo de Deus Sepé Tiarajú, corregedor da Redução

de São Miguel Arcanjo e líder do movimento que confederou as sete cidades e outras tribos do sul da cisplatina: “Alto lá, esta terra tem dono!”, traz em si a crença de que as terras do alto Uruguai (bem como de toda a Abya Yala, a América Latinas, diga-se de passagem) não pertenciam aos portugueses, tampouco aos espanhóis. De acordo com a cosmovisão guarani, o território missioneiro lhes fora confiado por Tupã para ser cuidado e para garantir a vida do povo missioneiro. Sobre Sepé, Luís Rubira o retrata em sua obra literária: *Sepé Tiaraju e a Guerra Guaranítica*, na coleção *A luta de cada um*:

Ele é um valoroso índio guarani e seu nome já circula há muito tempo nas cartas dos padres como “Joseph”, “Sepé”, “Tiaraju”, “Josepho Tiarajú”; e também nos diários de guerra dos inimigos que o tratam por “Sapé”, “Sepeê”, “Joze Thearaju”, “Sepé”. Naquele final de tarde de sábado, ele corre o quanto pode, fugindo também de soldados portugueses. Longe dali, nos Sete Povos das Missões, os guaranis estão rezando; pelos campos, uma grande quantidade de gado pasta enquanto as plantações de erva-mate e algodão recebem as últimas luzes do dia. É verão. (RUBIRA, 2012, p. 12).

O objetivo da custódia dos comuns é a vida plena de todos os habitantes da mesma casa. Lugon faz referência a uma das cartas enviadas pelos guarani à Coroa de Espanha, nela eles explicitam as injustiças às quais foram submetidos pelos portugueses, ao mesmo tempo em que reiteram terem cumprido as obrigações militares diante da Coroa: “Como poderá a vontade de Deus ser que vós tomeis e arruineis tudo o que nos pertence?” e ainda “dizem-nos que devemos abandonar as nossas terras, as nossas culturas, nossas

casas e até a nossa pátria. Isso não é uma ordem de Deus, mas do Demônio” (*apud* LUGON, 1977, p. 290).

A fé em Tupã, e a consequente custódia e defesa de sua Terra, foi a fonte do principal argumento para que os missioneiros resistissem até o martírio cruento. Ao defenderem *Tupambaé*, Sepé e seus irmãos defendiam a crença de que a vontade de Deus é que todos os homens sejam livres e iguais, numa terra de bem viver. A necropolítica (MBEMBE, 2020) dos impérios tem transformado este imenso continente em lugar de mal viver, desde que iniciou-se o sistemático saqueio desenfreado na busca gananciosa por tomar e explorar territórios e seus povos. Ao devastar suas riquezas, a saber, a própria biodiversidade com a qual estes grupos humanos vivem e convivem, e a suas próprias culturas, a vida se torna monocromática, monocultural e, portanto necro-cultura, cultura de morte, porque assente sobre os princípios do acúmulo e não da partilha.

Em 9 de fevereiro de 1756, seis anos depois da assinatura do Tratado de Madrid, foram covardemente massacrados 1.500 cristãos guaranis, na Sanga da Bica, atual município de São Gabriel. Dois dias antes, 7 de fevereiro, caíra em uma emboscada o principal líder político e espiritual da resistência revolucionária: José Sepé Tiarajú. Não tendo sido encontrado seu corpo, surgiu a crença de que Tiarajú fora levado ao céu por Tupã, e que de lá olhava pelos seus irmãos guarani, militantes e combatentes. Desde então entre os guarani e as classes populares dos pagos rio-grandenses, Sepé é herói missioneiro e santo popular.

Após a derrota dos guarani todo o gado pertencente às reduções foi considerado propriedade da coroa de Portugal. As terras, divididas em sesmarias, foram distribuídas aos nobres e militares portugueses aliados à Coroa. O destino econômico dos rebanhos saqueados foi o enriquecimento das novas elites que passaram a construir o que hoje chamamos de Estado do Rio Grande do Sul, a partir do surgimento das charqueadas. O sistema colonial escravista português apropriou-se dos rebanhos missioneiros, já que as cidades foram incendiadas pelos próprios guarani, um costume que representa a dor da morte de sua cultura diante de uma grande derrota.

As lágrimas derramadas pelas feridas da história tocam os corações de pessoas de outros tempos, que sentem-se chamados a também descerem até estas chagas, para curá-las com a vida do ressuscitado. Foi nesta missão que as Romarias da Terra do Rio Grande do Sul, se iniciaram evocando a memória dos mártires, como contam Marcelo Barros e Arthur Peregrino: “Por sugestão de D. Pedro Casaldáliga, 1978 foi declarado Ano dos Mártires. Aí ligamos com o fato de se completarem 222 anos do martírio de São Sepé Tiaraju.” E acrescenta que junto ao bravo cacique missioneiro foram mortos “1.500 índios companheiros que lutavam em defesa da terra, contra os exércitos de Espanha e Portugal, ao grito de ‘esta terra nos foi dada por Deus e seu Arcanjo Miguel. Somente eles no-la podem tirar’.” (DALLAGNOL, 2009, p.18) Era o início de um caminho percorrido por gerações, que perpassa a vida e a trajetória do Oitavo Povo das Missões.

A história mostra que cada vez que há enormes destruições, e fracassos, e cataclismos, ou danos que como seres humanos infringimos uns aos outros, como as guerras, quando se acaba essa loucura da destruição, o que aflora, sempre, é o amor. [...] Uma vez que nos damos conta dessas coisas, podemos encontrar uma prática que nos libere das ideologias muito antes da catástrofe, sem termos que esperar pela catástrofe para nos libertarmos. (MATURANA, 1997, p. 44).

O olhar dos povos originários, que vivem nas calçadas e sobrevivem do mal viver que as economias da morte lhes provocam, assim como também provocam à Mãe e Irmã Terra, nossa casa comum, devem tocar as almas e corações da sociedade contemporânea. É por isso que os catadores, os moradores das periferias territoriais e existenciais do mundo, os sem terra, sem teto, sem direitos, desvalidos, são os irmãos preferidos dos irmãos da caminhada, o Oitavo Povo das Missões, porque são aqueles que, caminhantes, e confiantes em Deus e em sua esperança, caminham rumo a uma Terra Sem Males, assim como há milhares de anos caminham os guarani e tantos outros povos, em mutirão, fazem movimento.

A certeza de horizontes em comum move o caminhar, e a sabedoria, enquanto virtude prática, ensina a olhar passado e presente desde a perspectiva de um futuro comum, de paz, igualdade, democracia e esperança. Em tempos difíceis, unidade e utopia caminham lado-a-lado com a resistência. A nós, aqueles que dizemos nossa palavra, para recordar Paulo Freire, neste ano de seu centenário, desde estas terras de veias abertas, cabe a sagrada tarefa de acreditar que a vida tem valor e que desde nossa caminhada somos

capazes de concretizar a esperança de um novo amanhecer de justiça, paz e cuidado com a casa comum.

REFERÊNCIAS

CECCHIN, Matilde; CECCHIN, Antônio (org.). **Oitavo Povo das Missões**: além da reciclagem (no feminino). Porto Alegre: Libretos, 2015.

DALLAGNOL, Wilson. **As Romarias da Terra no Rio Grande do Sul**: o povo a caminho da terra prometida. 2. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Evangraf, 2009.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**: Na idade da globalização e da exclusão. Tradução de Ephraim Alves, Jaime Clasen, Lúcia Orth. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Fratelli Tutti**: sobre a fraternidade e a amizade social. Brasília, Edições CNBB, 2020.

FRANCISCO, Papa. **Carta encíclica Laudato Si'**: sobre o cuidado da casa comum. Roma: Tipografia Vaticana, 2015.

LUGON, Clovis. **A República “comunista” cristã dos guaranis**: 1610-1768. Tradução de Álvaro Cabral, prefácio de Henri-Charles Desroches. 3ª Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

MAESTRI, Mário. **Os Sete Povos Missioneiros**: Das Fazendas Coletivas ao Latifúndio Pastoril Rio-Grandense. Passo Fundo. Revista Espaço Acadêmico, nº 58, março de 2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/058/58/maestri.htm>. Acessado em 10 de novembro de 2015. Artigo atualmente indisponível, em 15 de dezembro de 2021.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O Ecologismo dos Pobres**: Conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução de Maurício Waldman. – 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Humberto Maturana; Cristina Magro; Miriam Graciano; e Nelson Vaz:

organizadores. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. 7ª reimpressão. São Paulo: n-1 edições, 2020.

RUBIRA, Luís. **Sepé Tiaraju**. Ilustração de Sandro Silva de Andrade. 1ª Ed. São Paulo: Instituto Callis, 2012.

SUSIN, Luiz Carlos. **Memória para o futuro**: nos passos de Irmão Antônio Cechin. Porto Alegre: ESTEF, 2009.